

POLÍTICA DE LÍNGUAS: UM EXEMPLO NA TRADUÇÃO

Carmen Zink-Bolognini
DLA-IEL-Unicamp

RESUMO: *De uma perspectiva materialista de análise da linguagem, este artigo discute a questão do sujeito tradutor a partir da análise de notícias sobre o Brasil publicadas no país e traduzidas para jornais americanos e ingleses. A autora mostra como a inscrição do tradutor no espaço de enunciação entre o inglês e o português se constitui numa inscrição política que desloca o sentido do texto traduzido e, assim, produz um certo imaginário sobre o Brasil na língua primeira das notícias internacionais que é o inglês.*

ABSTRACT: *From a materialist perspective of language analysis, this article discusses the question of the translator as a subject, based on the analysis of pieces of news about Brazil published in the country and translated to American and English papers. The author shows how the inscription of the translator in the utterance space between English and Portuguese constitutes a political inscription, which changes the sense of the text, thus producing a given imaginary about Brazil in the main language for international news, which is English.*

As teorias pós-estruturalistas de tradução consideram concepções de sujeito e de linguagem como fórum privilegiado de discussão (cf. R. Arrojo, 1992). As análises de textos traduzidos, as discussões feitas dentro dessa perspectiva teórica reafirmam a indissolubilidade do par sujeito-linguagem. Nesse sentido, elas questionam conceitos considerados até então intocáveis dentro da lingüística estruturalista. Conceitos que acabam por colocar no centro das discussões dos estudos da tradução questionamentos quanto à literalidade da linguagem e considerações sobre o sujeito como produtor de efeitos de sentido.

Dentre as diversas correntes teóricas com as quais pesquisadores trabalham com tradução, a Análise do Discurso de linha francesa¹ contribui com reflexões em torno da literalidade e da interpretação, trazendo

a história e a ideologia para as discussões. Por outro lado, a Semântica Histórica da Enunciação possibilita que reflexões na área sejam feitas, no sentido de trazer contribuições sobre aspectos relacionados à política de línguas.

Vale a pena destacar que a área de tradução não se constitui um fórum no qual, tradicionalmente, aspectos relacionados à política de línguas sejam estudados. Entretanto, a tradução, um fórum no qual duas línguas estão em contato por meio do sujeito tradutor, se configura como um lugar de análise interessante de observação de aspectos relacionados à política de línguas. Por outro lado, o desenvolvimento teórico dos estudos em política de línguas permite que questões até então pouco discutidas a respeito do processo tradutório sejam observadas.

Nesse trabalho, tais reflexões serão traçadas a partir da comparação de alguns artigos a respeito do Brasil publicados em jornais estrangeiros, ou seja, artigos traduzidos, com os mesmos artigos publicados em jornais brasileiros. Dessa maneira, pretende-se abordar questões que norteiam, ideologicamente, as relações do português e seus falantes com o inglês e seus falantes. Questões tanto relacionadas com, como determinantes de, uma política de línguas.

Pensar em tradução, vinculando-a à política de relacionamentos entre sujeitos falantes de línguas maternas diferentes, à força política de governos, à força política econômica, à força política intelectual é a proposta a ser apresentada. E a questão discutida aqui é demonstrar a maneira pela qual sucessos e/ou fracassos dessas políticas são, por um lado, resultados e, por outro, determinantes de uma política de línguas, sem perder de vista a sua relação com a história e a ideologia.

Introdução

A maior questão que sempre envolve tradutores e teóricos da área é a da literalidade da linguagem, ou seja, a dos sentidos das palavras. Isso porque, quando se discute se a tradução deve ser literal ou não, ou em qual contexto ela deveria ser literal, parte-se do pressuposto de que a linguagem é transparente, de que os sentidos estão presentes nas palavras, e que cabe ao tradutor fazer a transposição de um sentido expresso em um idioma para uma outra palavra, que tenha exatamente mesmo sentido em outro idioma (cf. H.G. Barbosa, 1990). Quando ele optar por não fazê-lo, cabe-lhe justificar essa sua opção, para escapar das críticas que sofrerá.

Pois é exatamente nesse espaço de discussão que se insere esse trabalho, considerando que, como o afirma P. Henry (1993), trabalhar sobre o sentido exige do pesquisador, antes de mais nada “uma tomada

de posição”. A posição da AD quanto à concepção de linguagem aqui é diferente daquela do estruturalismo: a linguagem é considerada não-transparente, os sentidos não estão presentes nas palavras. O que existem são “efeitos de sentido produzidos por gestos de interpretação” (cf. E. Orlandi, 1999).

O tradutor, como sujeito constituído histórica e ideologicamente pela linguagem, é um produtor de efeitos de sentido em um idioma, geralmente sua língua materna, comprometido com efeitos de sentido produzidos em outro idioma, geralmente uma segunda língua, ou língua estrangeira.

1. Efeitos de sentido e gestos de interpretação

Considerando a não-literalidade da linguagem, e considerando que os sentidos são produzidos pelos sujeitos a partir de gestos de interpretação, não há como negar a presença constante do tradutor nos seus textos. Um dos pressupostos que sustentam essa discussão em torno da impossibilidade de se desconsiderar o tradutor, é o trabalho com a concepção de sujeito em oposição à de indivíduo. Dentro dos quadros teóricos da AD, e da Semântica histórica da enunciação, não há como conceber a linguagem desvinculada do sujeito. De acordo com E. Orlandi (1999), sujeito e linguagem se constituem, e não é possível tratar de um, sem levar o outro em consideração, e, de acordo com E. Guimarães (1995), o sujeito é fundamental, porque é ele que coloca a língua em movimento.

A linguagem, conforme dito acima, não é transparente, ela não tem um sentido em si. Ela tem seu sentido dado pela história e pela ideologia. É o que afirma P. Henry (1994) “A história faz sentido”. E faz sujeitos. O que implica dizer que temos um sujeito histórico e ideológico atuando em todo processo tradutório, e não um indivíduo neutro, isento ideologicamente.

Temos um sujeito, presente, atuante, que faz gestos de interpretação perante um objeto simbólico, gestos determinados pela história e pela ideologia, que o constituíram. Gestos de interpretação que definem a sua opção lexical, e sua opção estrutural. Uma opção que é resultante de reflexões feitas pelo sujeito, dentro dos limites das margens da formação discursiva pela qual ele foi constituído. Uma formação discursiva que vai determinar tudo aquilo que pode e deve ser dito pelo sujeito a partir de uma determinada posição (cf. E. Orlandi, 1990).

2. Enunciar

Para a AD, o sujeito é definido pela posição que ocupa na cadeia discursiva. Essa posição, que lhe é dada pela sua formação discursiva,

tem em sua base dois esquecimentos, conforme M. Pêcheux (1975): 1. O sujeito esquece que ele não é origem de seu dizer; 2. O sujeito esquece que as palavras não têm um sentido único.

Afetado por esses dois esquecimentos, o sujeito, que no caso desse trabalho seria o tradutor, enuncia. Enunciar, segundo J. L. Fiorin (1998), é produzir um efeito de sentido com a finalidade de influir sobre outros sujeitos. Sem dúvida, o tradutor de um texto jornalístico atua, tal qual seu autor, para que seu texto influa, de uma maneira ou de outra, sobre os sujeitos que o lêem, que é a dimensão consciente do sujeito na condição de autor. Mas também há uma dimensão inconsciente no sujeito, que deve ser considerada, pois ele enuncia, ele traduz, enquanto sujeito histórico e ideológico.

E. Guimarães (2000) define a enunciação a partir do político: é um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua, é uma prática política. O autor considera o político *como sendo algo próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem, caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece desigualmente uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos*.

Essa definição de político foi feita a partir de reflexões traçadas em Língua Materna. E. Guimarães (op. cit.) afirma que o falante se identifica exatamente pela divisão do português em variantes dialetais do português. Ao enunciar, o sujeito está na divisão do real, ele está no conflito marcado pela política de línguas no país.

No que diz respeito ao tradutor, a questão é semelhante. Ele também, ao enunciar, em português ou em inglês, está no conflito que marca a política de línguas, no continente americano, e no mundo globalizado. O tradutor atua orientado pelo texto que está traduzindo, mas afetado pelos dois esquecimentos descritos por Pêcheux, e interpelado pela linguagem.

Mas por duas línguas. Uma das características do tradutor, que merece muita atenção, é que nele atuam duas línguas, uma materna, e outra estrangeira. Há duas questões que merecem destaque. A primeira diz respeito à constituição do sujeito. Ele é constituído por dois discursos, há duas memórias discursivas em jogo. Essa duplicidade acentua o conflito inerente a toda enunciação: o conflito marcado pela política de línguas. No tradutor, no processo tradutório, o conflito evidencia o fato de que, devido a questões ideológicas, há uma língua que ocupa uma posição mais privilegiada do que a outra no contexto histórico das enunciações (em língua materna, e sua tradução para uma língua estrangeira).

A segunda questão, relacionada à primeira, diz respeito à política de línguas. É importante que se considere a diferença entre Língua Mater-

na e Língua Estrangeira. O tradutor foi interpelado por sua Língua Materna de maneira diferente daquela em que é interpelado pela Língua Estrangeira. Na sua relação com o português e com o inglês, por exemplo, o tradutor está trabalhando com a língua oficial de um Estado, o Brasil, e com a língua oficial de outro Estado, os Estados Unidos. Portanto, sua relação com cada uma delas não é a mesma, porque sua relação com o Brasil e com os Estados Unidos também não é a mesma.

Seu comprometimento não é o mesmo também, porque são duas línguas diferentes, no caso, o inglês e o português, ocupando espaços de enunciação diferentes, em termos político-geográficos, e disputando o mesmo espaço de enunciação, se considerarmos o Brasil. Voltaremos a essa discussão.

Todo sujeito (todo tradutor) “habita” um espaço de enunciação, definido por E. Guimarães (2000:16) como sendo aquele de “funcionamento das línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante”. É fundamental, no caso de se analisar a tradução de textos jornalísticos do português para o inglês, que os espaços de enunciação sejam considerados, devido à sua relação com a política de línguas. Porque é impossível de se desconsiderar que o sujeito/tradutor seja afetado por essa política de línguas. Para exemplificar essa questão, diríamos se, conforme citado anteriormente, o falante do português se identifica pelas variantes dialetais, o tradutor se identifica pela possibilidade de dizer em português e/ou em inglês. Enquanto que em sua língua materna é o dialeto que o identifica, no que concerne o tradutor, são os idiomas que o identificam. Mas há, ainda segundo E. Guimarães (op. cit.), uma hierarquia de identidades que atuam no sujeito, que, sem dúvida, também ocorre no tradutor. Ou seja, falar uma variante do português não dá a mesma identidade ao sujeito que falar outra variante do português. E o mesmo ocorre com o tradutor: a identidade em português não é a mesma que em inglês.

Conseqüentemente, o tradutor enuncia diferentemente em português do que em inglês, porque ele se identifica diferentemente em um ou outro idioma. Ele é constituído diferentemente pelos diferentes idiomas. Sua formação discursiva nos dois idiomas é outra. Sendo assim, enunciar em português não é igual a enunciar em inglês, porque cada idioma carrega a sua história, sua ideologia, e porque há uma política de línguas diferente em relação a cada um dos dois idiomas.

Nesse trabalho, será demonstrado que essas diferenças constituem a base para o estabelecimento de uma política de línguas, considerando que há uma constituição do sujeito pela linguagem, e que a política de línguas não se processa independentemente de sujeitos.

3. Alguns exemplos: a seleção da notícia

O que acontece no Brasil acontece em português. Mas há as notícias. Quando publicadas no país, acontecimento e texto estão na mesma língua, ou seja, em português. Quando divulgadas pela agência de notícias², as notícias já saem do país traduzidas. Os jornais, então, decidem o que publicar, ou seja, fazem uma seleção de notícias, e modificam o texto a ser publicado de forma a atender aos interesses do jornal.

Durante a semana pesquisada, foram coletados 19 artigos publicados em jornais americanos e/ou ingleses a respeito do Brasil, artigos também publicados em português, em jornais brasileiros. Como foi feita a seleção das notícias que foram publicadas em língua inglesa? Quando se fala sobre o Brasil, fala-se o quê?

Das 19 notícias encontradas, 10 notícias foram sobre economia, uma sobre corrupção entre políticos, 2 sobre violência, e 6 sobre generalidades (modelos e alimentação).

No mundo atual, devido à globalização, a economia é tópico constante. Entretanto, os artigos de economia foram encontrados em um jornal específico da área, o “Financial Times”, cujos leitores, de uma forma ou de outra, trabalham com economia. Esse jornal não é, ou dificilmente é, lido por pessoas que não atuam na área. Portanto, essas notícias não são representativas de um interesse despertado pelo Brasil, mas sim, decorrência de uma característica atual, na qual os acontecimentos que afetam a saúde econômica de um país acabam por repercutir no mundo todo. As outras notícias, portanto, seriam mais representativas do que diz respeito especificamente ao Brasil. Seriam as notícias sobre corrupção, sobre violência, sobre modelos e sobre alimentação.

Quando o tópico são modelos e alimentação, interessante, a seleção do que pode e deve ser dito a respeito do Brasil não apresenta nada de novo. Essas notícias seriam uma versão contemporânea da carta de Pero Vaz de Caminha que faz referência à formosura das índias e à exuberância da vegetação. Transplantadas para o século XXI, em vez das índias, temos as modelos. Em vez da vegetação exótica, temos os pratos exóticos. É a questão da história constitutiva do Brasil, é a herança da colonização, conforme E. Orlandi (1990). Mas, paralelamente, corre outra história também: a história da violência. Uma história que ganha espaço em nossos tempos, agora que os sujeitos afetados por essa história fazem parte de um grupo social diferente. Pois essa história também sempre existiu afetando diretamente os habitantes nativos do Brasil, e em seguida os africanos que vieram na condição de escravos.

4. Alguns exemplos: a seleção lexical e a argumentação

Considerando-se dois textos que tratam da violência: o título em português é *Policiais matam 7 invasores de favela*, e o título em inglês é *Shootout between drug gangs kills 7 in Brazil*⁵. Uma análise dos dois textos (português e inglês) permite notar diferenças nos gestos de interpretação do autor brasileiro e do tradutor para o inglês. Esses diferentes gestos de interpretação implicam a produção de efeitos de sentido diferentes, determinantes da seleção lexical feita pelos seus respectivos autores.

4.1 O texto em português

Considerando o título da matéria, nota-se que o enunciado em português é formado por um sujeito *Policiais*, um verbo transitivo direto *matam*, um objeto direto *7 invasores*, e um advérbio de lugar *de favela*. Esse título dá indícios do agente da ação, de quem sofreu a ação, e o lugar onde o fato ocorreu.

A presença do sujeito gramatical no título, que é, ao mesmo tempo, o agente da ação do verbo *matar*, demonstra também a orientação argumentativa (cf. E. Guimarães, 1992) do texto. Os 6 seguintes enunciados descrevem a atuação dos policiais: *não fizeram vítimas entre a população, duas patrulhas faziam ronda, faziam trabalho de inteligência, apreendeu armas e drogas, evitar novas tentativas de invasão, aumentar o número de favelas ocupadas*.

Esses enunciados são resultados de gestos de interpretação, produzindo efeitos de sentido em uma direção, efeitos de sentido que realçam, destacam o trabalho dos policiais, considerando que a sociedade espera que os policiais a proteja, que façam ronda, que façam trabalho de inteligência, que evitem novas tentativas de invasão, que aumentem o número de favelas ocupadas. Se em uma ação policial, não houver vítimas entre a população, se forem apreendidas armas e drogas, também há uma expectativa sendo cumprida. Portanto, os efeitos de sentido produzidos realçam o lado desejável do trabalho dos policiais: esses efeitos de sentido são positivos.

O último enunciado do texto é *O governador determinou que o número de favelas ocupadas no Estado (pelos policiais) aumentasse de 17 para 40*. Nota-se que, além de produzir efeitos de sentido que destacam positivamente o trabalho dos policiais, o texto apresenta a ação policial como fazendo parte de uma política de estado, ao colocar o governador como sujeito mandante da ação. Sendo assim, o tópico do texto, *a polícia*, é apresentado ancorado a uma política de Estado.

Há ainda outro efeito de sentido produzido a partir da seleção lexical feita pelo jornalista brasileiro. Seus enunciados fazem referência a um *confronto* entre policiais e um grupo definido como *homens, vítimas, invasores, traficantes*. Em nenhum momento do texto questiona-se a existência de *vítimas*, porque a ênfase é colocada no *confronto* com os *homens* que fazem parte de um grupo descrito como *invasores e traficantes*, atributos que produzem efeitos de sentido considerados negativos para a sociedade.

A *favela* é localizada, o nome do morro na qual ela fica é fornecido, e as pessoas que a habitam são denominadas *moradores*. Eles recebem apenas um atributo ao longo do texto, que é o de terem ficado *assustados* com o confronto.

Entretanto, o autor do texto, conforme mencionado acima, o termina indicando a determinação do governador do estado, uma determinação que objetiva controlar atitudes indesejáveis, mostrar que elas não serão aceitas. Ou seja, mostrar que o que se procura é controlar a violência nas favelas do Rio de Janeiro.

4.2 O texto em inglês

O título em inglês, por outro lado, ressalta o acontecimento *Shootout*, ao colocá-lo como sujeito do enunciado-título da matéria. Esse termo requer a presença de um complemento nominal, *between drug gangs*, que apresenta os agentes da ação descrita por *Shootout*. O verbo do enunciado, *kills*, exige um objeto direto, que é fornecido apenas por um numeral – 7. E há, ainda, a presença do advérbio de lugar, que localiza geograficamente a ação *in Brazil*.

Da mesma maneira que ocorreu no texto em português, o texto em inglês apresenta uma orientação argumentativa tal que o seu título e seu último enunciado formam um círculo fechado: nesse último enunciado, o tradutor explica os significados de *T.C. e C.V., painted letters along the concrete walls that lead up the slum's rocky hillside*⁴. Ou seja, o tópico do texto, *Shootout between drug gangs*, fornece a sua orientação argumentativa.

O tradutor para o inglês parafraseia o termo *shootout* com *battle, shooting, e war*⁵. Esses quatro itens lexicais estão produzindo efeitos de sentido que indicam que a ação ocorreu em clima de violência. A ação policial recebe três descrições: *quickly reached the scene, battling with both groups, e police take positions in 23 of Rio's most violent slums*⁶, que enfatizam aspectos positivos na sua atuação. Entretanto, vale a pena ressaltar que, no terceiro enunciado, há uma descrição da cidade do Rio com destaque para *23 of Rio's most violent slums*. O uso do superlativo aqui indica que os outros *slums* também são violentos, e que a ação da

polícia se concentra nos 23 mais violentos. Ou seja, enfatiza-se a ação da polícia, sem fugir do tópico, violência no Rio de Janeiro.

O tradutor, por outro lado, refere-se diferentemente aos grupos envolvidos. Os sujeitos de um grupo são denominados *police*, e os membros do outro grupo são denominados *drug gang*, *victim*, *members of the drug gang*. O advérbio de lugar *in Brazil* apresentado no título é restringido no texto, recebendo os atributos *hillside shantytown os this city's (Rio de Janeiro) poor side*, *working class district*, *violent slum*, *lawless zone ruled by heavily armed drug gangs*. Nota-se que a orientação argumentativa do texto ressalta a violência existente no Rio de Janeiro.

5. Conclusão

A partir de um acontecimento, foram produzidos textos, um em português, um em inglês. Os textos apresentam gestos de interpretação diferentes, produzindo efeitos de sentido diferentes, resultando em orientações argumentativas diferentes. Conforme argumentado teoricamente, os dois sujeitos, o brasileiro e o tradutor do português para o inglês são constituídos diferentemente, o que implica em produção de textos ideologicamente diferentes.

Nota-se que, a partir da diferença entre os dois gestos de interpretação feitos pelo autor e tradutor, ocorre a produção de efeitos de sentido diferentes também. Efeitos de sentido que indicam posições ideológicas diferentes. Enquanto a orientação argumentativa do texto em português aponta para um percurso de sentidos que indica um controle da violência pelo governo do Rio de Janeiro, a orientação argumentativa do texto em inglês aponta para um percurso de sentidos que descreve um estado, uma situação de violência.

Retornando à questão inicial colocada nesse trabalho: qual o espaço de enunciação de um tradutor para o inglês de notícias sobre o Brasil? Há de se considerar a formação discursiva constitutiva do tradutor, provavelmente em inglês, sua língua materna. Seu comprometimento é com o inglês, e com o mundo em inglês. Ocupar uma posição que permita descrever o Rio de Janeiro, a cidade brasileira conhecida no mundo, como possuindo uma *lawless zone ruled by heavily armed drug gangs*, é fazer parte de, por um lado, e fornecer justificativas para, por outro lado, uma política entre Estados na qual um (os Estados Unidos) ocupa a posição de produzir efeitos de sentido sobre o outro (Brasil), efeitos de sentido de ampla divulgação no mundo, e dificilmente contestáveis.

Trata-se, como afirma Pêcheux (op. cit.), de uma divisão social: alguns ocupam a posição de definir quais são os efeitos de sentido pos-

síveis, e outros produzem gestos de interpretação que viabilizam esses efeitos de sentido. Uma das estratégias utilizadas para tanto é o silenciamento (cf. E. Orlandi, 1993): Todo dizer, silencia outros dizeres possíveis. E, conforme a análise dos artigos, nota-se que em ambos, há gestos de interpretação em uma direção, silenciando outros gestos de interpretação possíveis.

Assim, fica garantida a estabilidade de relações ideologicamente determinadas. É nesse sentido que há uma disputa por um espaço de enunciação entre o português e o inglês. Mesmo nos limites geográficos onde a língua oficial do Estado é o português, falando do Brasil. Os efeitos de sentido produzidos em inglês são definitivos, constitutivos da maneira pela qual o mundo interpreta uma região, uma cidade, um país, devido a uma política de línguas segundo a qual o que acontece no mundo acontece em inglês. O espaço de enunciação de outros idiomas, notadamente o português, fica restrito a um espaço geográfico delimitado, e ao entrar em disputa com o espaço de enunciação do inglês, tende a perder terreno, determinando, assim, as relações entre Estados, entre sujeitos identificados com um ou outro Estado.

Notas

¹ Doravante, AD.

² Os jornais maiores mandam correspondentes em situações excepcionais, mas não é esse o contexto que optamos por pesquisar.

³ *Tiroteio entre grupos de traficantes mata 7 no Brasil.*

⁴ *Letras pintadas nos muros de concreto que levam ao topo do morro.*

⁵ *Batalha, tiroteio e guerra.*

⁶ *Chegou rapidamente à cena, batalha com dois grupos e a polícia se posiciona em 23 das mais violentas favelas do Rio.*

Referências bibliográficas

- ARROJO, R. *O Signo desconstruído*. Campinas, SP: Pontes, 1992.
- BARBOSA, H. G. *Procedimentos técnicos da tradução*. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo, SP: Ática, 1998, 6. ed.
- GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido*. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- _____. "O Político e os espaços de enunciação". Conferência em Cáceres, 2000.
- HENRY, P. "A história não existe?" In: *Gestos de Leitura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

_____. “Sentido, sujeito, origem”. In: *Discurso fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993.

ORLANDI, E. *Terra à vista*. São Paulo, SP: Cortez, 1990.

_____. *As formas do silêncio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

_____. *Gestos de interpretação*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp (Trad. Eni P. Orlandi), 1995.

Palavras-chave: tradução, notícias, espaço de enunciação

Key-words: translation, news, utterance space

